

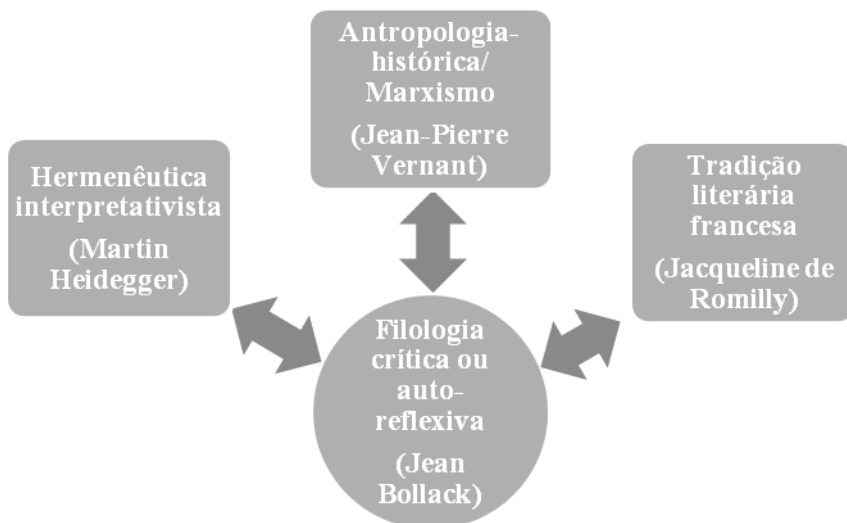
UM HOMEM ENTRE VÁRIOS MUNDOS: SOBRE UMA ENTREVISTA COM JEAN BOLLACK

Rafael Faraco Benthien¹

(Doutorando História Social (USP)/Bolsista FAPESP)

EXPECTATIVAS DO ENTREVISTADO (OU ITINERÁRIO DE UMA CONVERSA INFORMAL)

O derradeiro encontro que tive com Jean Bollack para tratar da entrevista publicada nesse volume da *PhaoS* ocorreu no dia 19 de junho de 2010, um sábado, em seu apartamento parisiense, *54 rue de Bourgogne*. Queríamos, uma vez finda sua transcrição, editá-la, assim precisando e completando o sentido



¹ Doutorando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo e bolsista FAPESP. Registro aqui minha gratidão para com André Laks, por ter me apresentado o trabalho e a pessoa de Jean Bollack, e Jean-Pierre Faguer, mestre e amigo, o maior encorajador desta iniciativa.

de passagens que julgávamos, por excessivas marcas de oralidade, obscuras. Antes de iniciarmos o trabalho, porém, por iniciativa própria, ele retornou ao tema, amplamente discutido durante a entrevista, de seu lugar particular no cenário intelectual francês. Bollack queria que seus colegas brasileiros compreendessem da mais clara forma possível quais foram as correntes contra as quais ele se sentiu compelido, ao longo de sua trajetória, a tomar posição. Em um primeiro esforço de síntese, ele então esboçou o esquema visual reproduzido acima:

Como não deixou de destacar ao longo de nossa conversa, sua relação com cada um destes pólos foi muito mais complexa do que se poderia, em um primeiro momento, imaginar. Com efeito, longe de simples e categoricamente criticar seus “concorrentes”, Bollack jamais deixou de reconhecer neles virtudes. Em Jacqueline de Romilly, por exemplo, destacou a vitalidade do estudo retórico e literário propriamente francês, o qual, no entanto, além de permanecer tributário do aparato de reprodução de desigualdades sociais e culturais característico do sistema de ensino daquele país, orientou de forma redutora a leitura do texto. Em Jean-Pierre Vernant, elogiou a abertura a tudo o que diz respeito à sociedade, auxiliando assim o investigador a situar um autor em uma determinada tradição. Mas como a força foi nesse caso a fraqueza, Bollack sugere que tal postura não teria dado o devido espaço ao “ato criador”, reduzindo texto a contexto. Por fim, quanto a Heidegger, Gadamer e seus discípulos franceses, especialmente Paul Ricoeur, a tensão orbita a definição mesma de hermenêutica. Ainda que partilhe com os heideggerianos toda uma gama de referências, Bollack critica neles a hipertrofia do ato de interpretação, o qual, sem o controle de uma filologia escorada na linguística, funda uma ordem intangível, irracional, divina, à qual apenas o investigador parece ter acesso. Em oposição a essa hermenêutica, o que ele quis em suas principais obras foi, colocando o texto em primeiro plano, recuperar o trabalho humano, portanto histórico e tributário de alguma racionalidade, empenhado tanto na produção textual (o “ato criador”) como em sua reprodução (o “ato de leitura”).

Mas como o trabalho do filólogo não se dá sem textos, após desenhar e comentar o quadro de relações acima reproduzido, Bollack se pôs a dar voz às tradições com as quais ele dialogou. Interrompendo a fala apenas para apanhar um ou outro volume de sua biblioteca, ele me mostrou análises críticas de sua obra. Isto me permitiu revisitar, por exemplo, a animosidade que marcou a recepção da tradução de uma das cartas de Epicuro, publicada em 1971 por ele, sua esposa Mayotte Bollack e o filósofo Heinz Wismann². Bollack

² BOLLACK, Jean; BOLLACK, Mayotte e WISMANN, Heinz. *La Lettre d'Épicure*. Paris: Minuit, 1971. É importante lembrar que os ânimos entre os classicistas estavam bastante acirrados após as diferentes tomadas de posição em relação a Maio de 1968.

apareceu então, aos olhos dos representantes do *establishment* francês, como um profanador da tradição filológica, um pensador pouco sério e, como se isto já não bastasse, simpático a saberes pouco confiáveis³. Dentre os demais volumes que me trouxe, havia também um livro de Jean-Pierre Vernant e de Pierre Vidal-Naquet. Para esses autores, fortemente influenciados por estruturalismos e marxismos vigentes no pós-1945 francês, Bollack foi percebido como alguém que sacrificava a compreensão da dimensão social do texto em nome de um “purismo” dificilmente sustentável, o da restituição de um sentido original e, por conseguinte, da tradução perfeita⁴. Já para os filósofos heideggerianos, que raramente o citaram, Bollack foi discutido apenas quanto a questões pontuais, o que desconsiderou as discussões de fundo epistemológico, relativas à hermenêutica, supostas em seus resultados e métodos⁵. Eis aí uma miríade de reações que, graças à sua diversidade, presta-se a uma melhor visualização da complexidade do entrevistado e dos espaços por ele frequentados.

Passadas em revista as perspectivas de seus concorrentes, as quais o acompanharam ao longo de sua trajetória, Bollack ainda enfatizou que tudo isso explica muito pouco do teor de suas proposições. Com efeito, segundo ele, para explicá-lo seria preciso atentar para a especificidade de sua formação, a grande responsável por tê-lo mantido continuamente entre vários mundos. Há o fato de, embora francês, ele ter sido educado na Suíça alemã. Há ainda o fato de, embora judeu, ele ter transitado por ambientes protestantes e católicos. Há, por fim, o fato de, enquanto filólogo-helenista, ele ter-se dedicado à literatura moderna, à história da filologia e à hermenêutica. Para Jean Bollack, cada uma dessas marcas permite ao leitor situar melhor sua obra, sensibilizando-o quanto às eventuais virtudes e limitações que ela possa ter.

Foi apenas então que, naquele sábado, o trabalho de edição pôde começar.

³ A reação veio da parte do então presidente da *Association pour l'Encouragement des Études Grecques en France* [Associação para o Encorajamento dos Estudos Gregos na França], Pierre Boyancé, especialista em Lucrécio. Ele publicou uma apreciação bastante negativa da referida tradução de Bollack. Cf. BOYANCÉ, Pierre. Une édition dans le vent. In : *Revue de Philologie*, 46, 1972, p. 66-91. Quanto aos saberes pouco confiáveis, tratava-se de uma alusão velada à proximidade entre Jean Bollack e o sociólogo Pierre Bourdieu, que acolheu *La Lettre d'Épicure* em uma coleção dirigida por ele (*Le Sens Commun*). No mesmo ano, Jean Bollack redigiu uma resposta ao texto de Boyancé, a qual foi lançada em forma de livro pela mesma coleção onde havia publicado a tradução de Epicuro. Trata-se de BOLLACK, Jean. *Lettre à un Président, sur le découragement des études grecques en France*. Paris: Minuit, 1972.

⁴ Bollack trouxe-me como exemplo um trecho do prefácio ao segundo volume de *Mythe et Tragédie*, publicado no Brasil em VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga I e II*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 154-156. Tal crítica foi recentemente reeditada em DETIENNE, Marcel. *Os Gregos e Nós*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 83-87.

⁵ Bollack, para além da carta de Paul Ricoeur mencionada na entrevista, não me forneceu nenhum exemplo de diálogos com esta tradição. Veja-se, porém, a esse respeito, GADAMER, Hans Georg. *Interroger les Grecs*. Paris: Fides, 2006, p. 108 (nota 36).

EXPECTATIVAS DO ENTREVISTADOR (OU COMO O ROTEIRO DE QUESTÕES FOI CONSTRUÍDO)

Cumpra ainda explicar ao leitor da *PhaoS* a construção do roteiro da entrevista. Afinal, por que Jean Bollack? E mais: por que essas questões específicas? Ora, meu interesse por Bollack, que eu conhecia até então como um competente tradutor e comentador de Ésquilo, ampliou-se em 2008, por ocasião de um estágio de doutorado sanduíche que, financiado pela CAPES, realizei na *Écoles de Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris. Sabendo que minha tese investigava os diálogos entre helenistas, latinistas e sociólogos durante o processo de institucionalização das ciências sociais na Universidade Francesa, com ênfase no período situado entre 1890 e 1918, André Laks, um especialista em filosofia pré-socrática e antigo aluno de Jean Bollack, encorajou-me a procurar seu mestre. Laks também me forneceu uma lista de trabalhos de Bollack relativos à história da filologia na França, os quais tratavam tanto da universidade francesa no século XIX quanto das trocas intelectuais entre Alemanha e França no mesmo período⁶. Eu passei a me familiarizar então com outro Bollack, muito mais interessante do que aquele que eu antes conheceria.

Nosso primeiro encontro se deu em inícios de setembro do mesmo ano. Em pouco mais de uma hora de conversa, ele esclareceu com incrível simplicidade uma série de pontos que, por minha ignorância da história da universidade francesa, impediam o avanço da pesquisa. Por que, por exemplo, os helenistas, entre fins do século XIX e inícios do XX, estiveram muito mais abertos às outras ciências, dentre elas a sociologia, que os latinistas? Ou ainda, como explicar a íntima relação entre sociologia e linguística na França? Bollack não apenas soube me ajudar com tais questões, como também se dispôs a ler um texto que, vinculado à tese, eu já havia produzido sobre Proust⁷. Em uma carta recebida cerca de um mês após nosso encontro, ele explicou as razões que o levavam a discordar de minhas conclusões sobre o escritor francês. Tamanha generosidade me tocou e, quanto à crítica, seus argumentos me pareceram bastante convincentes.

A possibilidade de um reencontro surgiu em fins de 2009, quando eu havia voltado a Paris para um novo estágio de três meses. Originalmente, encorajado pelo sociólogo Jean-Pierre Faguer, eu previra uma série de entrevistas com expoentes dos estudos greco-latinos nascidos nas primeiras décadas do século XX, os quais haviam conhecido de perto o sistema de ensino da

⁶ Em particular, os textos publicados na primeira parte do livro BOLLACK, Jean. *La Grèce de personne*. Paris: Seuil, 1998.

⁷ Bollack teve em mãos uma tradução francesa do seguinte texto: BENTHIEN, Rafael Faraco. Proust visita os antigos: projeto criador e reprodução social na França da Terceira República. In: *História: Questões e Debates*, 48/49, 2008, p. 287-301.

Terceira República francesa. O tempo curto e as dificuldades com os contatos reduziram a pretensão inicial e reconduziram-me a Bollack com um interesse renovado. De fato, na medida em que eu me familiarizava com suas obras e trajetória, ele parecia ilustrar certas invariantes do sistema educacional francês particularmente importantes para minha pesquisa. Há em seus trabalhos certo diálogo com a sociologia, assim como com tradições intelectuais estranhas à França, sobretudo as alemãs. Ele parece reeditar, desse modo, nomes outrora importantes como os de Michel Bréal, Salomon Reinach e Gustave Bloch. Era preciso saber, portanto, se tais questões também se colocavam para ele. Eis aí a chave para se compreender o cerne da entrevista.

Tivemos então uma série de dois encontros em fevereiro de 2010, dias 11 e 23. Em um primeiro momento, tratei de formular questões que permitissem ao entrevistado situar-se na universidade francesa, esclarecendo a história e a lógica do funcionamento da instituição. Ele pôde assim, em um intervalo de tempo relativamente curto, descrever as posições com e contra as quais se definiu, bem como os constrangimentos relativos ao funcionamento desse sistema específico. A segunda parte da entrevista, por seu turno, diz respeito ao sentido de seu trabalho. Ou seja, ela trata da filologia crítica e da hermenêutica, tal como entendidas e praticadas por Bollack.

Para o público brasileiro, infelizmente privado até hoje de traduções de seus livros e artigos, espero que a presente entrevista sirva não apenas como introdução a um dos intelectuais mais sofisticados e eruditos da França atual, mas também como convite a conhecê-lo melhor. Já quanto aos interesses dos especialistas familiarizados com os trabalhos de Bollack, creio poder lhes apresentar, sobretudo na primeira parte da entrevista, informações novas, na forma e no conteúdo⁸.

NOTA BIOGRÁFICA SOBRE JEAN BOLLACK

Nascido em 1923, no seio de uma família de pequenos comerciantes judeus alsacianos, Jean Bollack foi educado, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, em Basiléia, na Suíça. Foi lá, sob a tutela de Peter Von der Mühlh, que ele se iniciou nos estudos de filologia grega. De retorno a França após o conflito, ocupou um posto no CNRS (*Centre national de la recherche scientifique*) até lhe ser atribuída a cadeira de literatura e pensamento grego na Universidade de Lille, onde permaneceu de 1958 até sua aposentadoria, em 1992. Sua carreira foi ainda pontuada por atuações como professor convidado

⁸. Penso aqui no que já foi debatido por ocasião da longa entrevista publicada em forma de livro: BOLLACK, Jean; LLORET, Patrick. *Sens Contre Sens, comment lit-on?* Paris: La Passe du Vent, 2000.

na Universidade Livre de Berlim e na Escola Normal Superior de Paris. Em torno dele, constituiu-se o Centro de pesquisas filológicas (*Centre de recherche philologiques*) em Lille, o qual formou e continua congregando alguns dos pesquisadores mais ativos na atual universidade francesa (dentre os quais se destacam Heinz Wismann, Phillippe Rousseau, Pierre Judet de La Combe e André Laks). É autor de inúmeros livros e artigos sobre filosofia, literatura e teatro antigos e modernos. Bollack divide hoje seu tempo entre Paris e sua casa de campo na Dordogne, onde prepara a publicação de novos trabalhos.

Para mais informações sobre a biografia e os trabalhos de Jean Bollack, sugiro ao leitor uma visita a seu site pessoal: www.jeanbollack.fr.

ENTREVISTA COM JEAN BOLLACK

PARTE 1

A ENTRADA NO CAMPO DISCIPLINAR : TENSÕES E ALIANÇAS.

RAFAEL FARACO BENTHIEN : Cher Monsieur Bollack, entre les hellénistes de votre génération, ceux qui ont commencé leur carrière juste après la guerre, nous connaissons au Brésil, à partir des traductions, l'oeuvre de Jacqueline de Romilly⁹, de Pierre Leveau¹⁰ et, encore plus, celle de Jean-Pierre Vernant¹¹. Pourtant, je me demande constamment, est-ce qu'on arrive vraiment a saisir le sens de ce qu'ils ont dit ? Je m'explique. Il me semble que nous sommes à la fois mal informés sur l'histoire de l'Université française, donc sur le terrain de débat, mais aussi sur les différentes prises de positions qui ont été possible à ce moment, y compris la vôtre. Avant même de discuter sur votre origine sociale et sur la philologie critique ou réflexive, dont vous êtes le porte-parole le plus connu, j'aimerais bien vous poser la question suivante: comment décririez vous l'Université française, et plus spécifiquement le domaine des études greco-latines, au début de votre carrière ?

JEAN BOLLACK : Je pense qu'il ne faut pas commencer avec mon arrivée à Paris après la libération. J'ai survécu en tant que juif en Suisse, mais je n'y étais pas là en tant que réfugié. Il se trouvait que mon père, qui était

⁹ Chartres, 1913. Aluna do liceu Louis-le-Grand, Jaqueline de Romilly foi aceita na Escola Normal Superior de Paris em 1933. *Agrégé de lettres* em 1936 e doutora em 1947, ela exerceu suas atividades no ensino superior em Lille, na Sorbonne (1957-1973) e, finalmente, no Collège de France (1973-1984), onde foi eleita contra Jean-Pierre Vernant para a cadeira intitulada *La Grèce et la formation de la pensée morale et politique*. Ela se tornou membro efetivo da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* dois anos depois e foi eleita em 1988 membro da *Académie Française*. No Brasil encontram-se traduzidos os seguintes livros seus : *Fundamentos da Literatura Grega* (Zahar, 1984), *Alcibiades* (Ediouro, 1996), *História e Razão em Tucídides* (Unb, 1998) e *A Tragédia Grega* (Unb, 1999).

¹⁰ Chambéry, 1921 – 2004. Aceito na Escola Normal Superior de Paris em 1940, Pierre Leveau se tornou *agrégé de lettres* em 1944 e doutor onze anos mais tarde. Após um período de trabalhos na Escola Francesa de Atenas, ele iniciou sua atividade docente na Sorbonne (como assistente), passando depois por Lille, Montpellier e, finalmente, Besançon, onde permaneceu de 1957 até sua aposentadoria. As editoras brasileiras traduziram seu *A Aventura Grega* (Cosmos, 1965), embora outros volumes editados em Portugal tenham circulado por aqui.

¹¹ Provins, 1914 – Sèvre, 2007. *Agrégé de philosophie* (1937), Jean-Pierre Vernant teve o início de sua carreira acadêmica marcada pela atuação na resistência francesa à ocupação nazista. Em 1948 ele entra no CNRS e, na sequência, na sexta seção da Escola Prática de Altos Estudos. Sua entrada no Collège de France se deu em 1975, quando passou a ocupar a cadeira intitulada *Étude Comparée des Religions Antiques*. A lista de seus trabalhos traduzidos no Brasil é enorme. Destaco aqui: *As Origens do Pensamento Grego* (Bertrand, 1996), *Mito e Tragédia* (em co-autoria com Pierre Vidal-Naquet, Perspectiva, 1999), *Entre Mito e Política* (Edusp, 2002) e *Mito e Pensamento* (Paz e Terra, 2002).

marchand en grains – je suis né à Strasbourg dans une famille juive d’Alsace¹² –, a été nommé à Bâle par la maison de commerce où il travaillait. J’ai grandi dans un monde à la fois français, puisque ma maison était francophone et que mon entourage à Bâle était largement tourné vers la France, mais, par ailleurs, je vivais dans la Suisse allemande. Le lycée où je suis allé était, comme je dis souvent, helvético-prussien, c’est-à-dire quelque chose qui tenait à la fois du libéralisme helvétique et d’une forte tradition scolaire et académique allemande. J’ai fait des études secondaires fortes, avec beaucoup de latin et beaucoup de grec. Et donc, la question première serait de savoir pourquoi est-ce que j’ai choisi de faire du grec plus tard comme matière scolaire.

J’ai passé l’équivalent du bachelier, la maturité fédérale, en Suisse, à la fin des études secondaires, dans un lycée classique. C’était un lycée classique réputé, où avaient enseigné Nietzsche et Jacob Burckhardt, et d’autres gens encore qui appartenaient à une tradition forte. Ainsi, j’avais eu pendant huit ans une heure de latin tous les jours et, à partir de la quatrième année scolaire, donc pendant cinq ans, du grec tous les jours. On apprenait à lire les textes. J’ai eu cette base, mais le système était très sélectif et élitiste, et il ne peut plus l’être. Je suis vieux, donc je suis d’un autre temps. J’ai un pied dans le XIX^e siècle, et pas seulement dans le XX^e, je suis né en 1923 et entré au lycée en 1934. Cela pour vous dire que j’ai ce *background*, qui fait toujours mieux comprendre que les choses n’étaient pas simples. Il y avait le français et l’allemand. Il y avait le fait que ma maison n’était pas seulement française, mais aussi juive. On recevait des réfugiés allemands chassés par le nazisme dès 1933 et de l’autre côté j’allais dans un lycée qui était protestant, dans une tradition chrétienne assez libérale. Cette dualité est dans mon parcours. Je l’ai vécu en tant qu’alsacien, mais elle a été accentuée par ce séjour, par le fait que j’ai grandi en Suisse allemande, dans un entourage marqué également par l’influence de réfugiés allemands.

Cela c’était un préalable qu’il faut connaître pour savoir comment je suis arrivé aux études littéraires à l’Université. J’ai toujours eu cet intérêt pour les lettres. J’ai commencé mes études supérieures à Bâle, où enseignait un professeur de grec très connu, Peter von der Mühl¹³ ; il représentait la grande tradition philologique allemande, qui était très exigeante. Mais je n’ai pas fait ce que j’aurais dû faire normalement, selon les cursus, des études de latin et de

¹². Veja-se também BOLLACK, Jean. Dans une famille juive en Alsace. In : *Revue des Sciences Sociales*, n° 40, 2008, p. 212-215.

¹³. Basileia, 1885 – 1970, filólogo suíço. Após ter realizado seus estudos com os grandes nomes da filologia alemã em Berlim e em Göttingen, tornou-se professor na Universidade de Basileia em 1917.

¹⁴. Roma, 1885 – Belluno, 1952. Giorgio Pasquali foi um dos mais destacados filólogos italianos da primeira metade do século XX. Tendo se formado na Alemanha, ele lecionou em diversas instituições de ensino superior na Itália, dentre as quais se destaca a Escola Normal Superior de Pisa.

grec dans l'enseignement supérieur. Il y avait là aussi une liberté et un choix. J'ai commencé mes études en faisant du grec comme matière principale, le français et la philosophie comme matière secondaire. Je pensais qu'on pouvait tout faire, pendant longtemps, quand j'étais jeune. J'avais commencé à faire du russe, du sanscrit. J'ai passé par la période où l'on pense que tout est possible. L'enseignement de la littérature française était très important, fait par un professeur très proche de la production contemporaine. Donc, il n'y avait pas seulement les langues classiques et le grec. Il y avait beaucoup d'autres ouvertures dans d'autres directions. Vous ne pouvez pas négliger ce passé si vous voulez reconstituer l'étudiant que j'étais en arrivant à Paris après la guerre.

Toujours à Bâle, le professeur de grec que j'avais avait été formé à Göttingen au début du XX^e siècle, dans les années 1900 environ. Il avait été un très brillant étudiant en même temps que Pasquali¹⁴, l'italien, et d'autres, venus à Göttingen, qui était un haut lieu des études philologiques. J'ai été jeté à l'eau, c'est comme si quelqu'un jetait un enfant à l'eau pour qu'il se débrouille en apprenant à nager. Après ses cours tellement difficiles, chargés de références, que je suivais sur Eschyle, ou sur *l'Iliade*, ou sur autre chose, le matin de 9h00 à 10h00, quatre fois par semaine, je me rendais au séminaire, où il y avait une très bonne bibliothèque et regardais les livres qui avaient été cités. Si bien que j'ai grandi aussi au XIX^e siècle, parce que toute cette tradition, cette grande tradition, avec des figures comme Gottfried Hermann¹⁵ ou Karl Lachmann¹⁶ et d'autres grandes figures d'histoire de la philologie, m'étaient devenues familières très tôt. Non seulement j'ai appris la philologie, la science philologique à l'allemande, mais aussi l'histoire de la discipline. Je ne pouvais pas ne pas prendre la mesure de ce qu'était l'histoire, depuis surtout le XVIII^e siècle, des études de l'Antiquité en Europe. Heyne¹⁷ et les grands philologues allemands du XVIII^e siècle, tout cela m'était présenté au début de mes études, parce que quand on expliquait un texte d'Eschyle, on faisait référence aux cours professés autrefois à Leipzig ou à Berlin.

Il faut vous dire cela. Ensuite, on peut mieux voir ce que fut mon arrivée à Paris. Je ne pouvais pas commencer sans parler de ce qui a précédé.

Plus que Paris, l'Allemagne était marquée par l'Université, ce qui est en relation aussi avec la théologie protestante. J'ai étudié avant de venir dans une tradition culturelle très différente. En France, il y avait au XIX^e siècle à peine une Université. Cette Université, créée autour de 1880, imitait et était en rivalité avec ce qui existait à l'époque en Allemagne. Avant, il n'y en avait pas

¹⁵ Johann Gottfried Jakob Hermann, Leipzig, 1772 – 1848, filólogo alemão.

¹⁶ Karl Konrad Friedrich Wilhelm Lachmann, Brunswick, 1793 – Berlin, 1851, filólogo alemão.

¹⁷ Christian Gottlob Heyne (1729 – 1812), filólogo alemão.

vraiment. Cela ne signifie pas que Paris n'ait pas été une capitale intellectuelle, mais sans université vraiment digne de ce nom (il faut reculer jusqu'au Moyen Âge) ; le modèle d'Université était partiellement anglais et surtout, allemand. C'est simplement l'histoire intellectuelle de l'Europe qui fait comprendre ces divergences. La France est un pays catholique comme l'Italie. On pense à l'Italie, mais l'Italie a été plus libre au fond de se débarrasser d'une tradition culturelle nationale. La philologie allemande a été plus facilement reçue en Italie, qu'en France. Cela s'explique parce qu'il y avait en France une tradition très fortement marquée par une rhétorique, autant que par la littérature ; elle était partiellement liée au catholicisme et partiellement liée à des traditions nationales, contrairement aux exercices de recherche. Alors qu'en Allemagne, il y avait une prédominance du protestantisme dominant surtout en Prusse, en France, le débat n'opposait pas les religions, mais le catholicisme et son adversaire, la libre-pensée et la laïcité. C'était la religion ou pas. Le fait qu'il n'ait pas existé d'Université en France était dû à la prédominance catholique. Elle n'a pu au fond être créée que sous la Troisième République, avec une connotation anti-cléricale. C'est après la guerre de 1870 qu'on envoyait les élèves de l'École Normale Supérieure en Allemagne pour qu'ils aillent voir ce qu'était une Université. Quand on lit ces rapports qu'ils ont faits, qui ont été publiés, ce sont comme des rapports ethnologiques ; ils décrivaient un pays totalement étranger et inhabituel pour eux. En France il n'y avait pas d'étudiants, donc il fallait les créer. Cela s'est accompli lentement autour de 1880. Il ne faut pas diminuer l'importance de ce mouvement, mais savoir aussi qu'il a été combattu.

Dans un sens il y a toujours eu à l'Université française deux courants d'émancipation. L'Université, c'est principalement l'histoire de la discipline principale, à savoir, l'histoire. Les deux disciplines dominantes sont l'histoire et la philosophie. Les lettres classiques font partie des « lettres » et les lettres incluent d'abord le français. Il y avait pour les Français trois langues classiques, dont le français. C'est comme si le latin et le grec étaient un équivalent du français hérité du siècle de Louis XIV. C'était un peu une construction propre à la France, nationale, liée à un certain concept d'universalité. C'est comme si les langues classiques étaient représentées en définitive par le français et soumises à lui.

RFB : Mais à l'intérieur des langues classiques il y avait des différences très fortes aussi, non ? Le latin était plus proche de l'Église, donc au cœur du système rhétorique et littéraire français. Le grec, moins central, était aussi plus libre. Ce n'est pas par hasard que les études grecques en France se sont ouvertes aux innovations universitaires allemandes beaucoup plus tôt.

JB : Oui, vous avez raison, il y avait ces différences. Mais ce que je n'ai pas fini de dire tout à l'heure, c'est que, dans la création de l'Université, l'histoire a joué un rôle énorme. Ce qu'il y avait de plus avancé peut-être au XIX^e siècle dans les domaines des sciences était lié à l'histoire. Tout cela était éloigné de la théologie. Alors qu'en Allemagne, dans les Universités, on enseignait la théologie, d'abord protestante et ensuite catholique. Le fait même de lire, d'apprendre à lire, l'herméneutique, Schleiermacher par exemple, tout cela était développé en relation avec la lecture des textes sacrés. Alors que, dans les pays catholiques, on « lisait » beaucoup moins. C'est-à-dire que la plupart des croyants catholiques lisaient au fond peu la Bible ; ils n'apprenaient pas à la lire. La philologie critique, telle que je la défends, n'était pas appliquée dans la tradition protestante allemande non plus. Il faut bien mettre les points sur les « i ». Mais, néanmoins, mon expérience à Bâle a été centrale. C'est quand même là que j'ai appris des choses que je n'aurais pas connues ou pas cherchées en France.

Quand je suis arrivé à Paris, j'ai fait comme si Paris, c'était une Université du type allemand. C'est-à-dire que je cherchais partout où étaient les meilleurs enseignements, à l'École des Hautes Études, au Collège de France, dans tous les coins, dans toutes les disciplines. C'est-à-dire que je n'ai pas suivi un *cursus*, ce que les étudiants faisaient. Donc, je me distinguais déjà des étudiants par le *cursus*. Ils gagnaient leur vie, souvent, en étant professeurs dans les lycées et en étudiant pour réussir aux concours. C'était quand-même une organisation très scolaire ; l'enseignement que j'avais connu auparavant ne l'était pas. C'était vraiment l'enseignement « supérieur ». Il faut vous dire que, dans la tradition culturelle et sociale française, le lycée était plus important que l'Université. Pour la bourgeoisie du XIX^e siècle, il fallait former les professeurs des lycées. La recherche n'était pas centrale ; elle l'était même moins que maintenant. Le plus important c'était la formation des professeurs de lycée. Le scolaire dominait aussi dans le supérieur. Il est très intéressant d'étudier comment la science a pu malgré tout être introduite dans un univers comme celui-là, de façon marginale ou supplémentaire. Vous m'avez parlé des gens comme Jacqueline de Romilly...

RFB : Jacqueline de Romilly, Jean-Pierre Vernant et Pierre Lévêque. Pouvez-vous nous dresser un portrait d'eux ?

JB : Pierre Lévêque était un historien, pas très éloigné du groupe de gens qui gravitait autour de Vernant. Mais Lévêque était un esprit très accueillant et ouvert. Romilly, elle était, au fond, marquée par la tradition scolaire, dans laquelle elle excellait. Et en un sens, par cette excellence, elle la dépassait. Mais elle la représentait pleinement, d'où son succès. Le système pouvait

se reconnaître en elle, voire se dépasser. C'est-à-dire qu'elle était la parfaite représentante d'une tradition scolaire française, avec les Grandes Écoles, l'enseignement de l'hyphokhâgne et de la khâgne¹⁸, les exercices scolaires et savants. Quand on sait vraiment lire ses livres, ils restent tous marqués. Mais comme elle s'est intéressée aux idées politiques, elle représente aussi pleinement une possibilité française de réaliser, et de dépasser sa propre tradition, telle que je viens de la définir, par une ouverture qui restait tributaire de ce qui l'entravait.

Qu'est-ce que j'appelle « scolaire » ? Pour revenir à mon expérience, ce que je cherchais, c'était un équivalent de l'Université allemande. Je le trouvais. Par exemple, j'ai suivi le cours de Marrou sur l'histoire de l'éducation dans l'Antiquité, qui a ensuite été publié dans un livre¹⁹. J'étais allé voir ce que l'on faisait dans le département d'histoire ancienne. Ou bien j'allais au Collège de France pour suivre le cours de philosophie du Moyen Âge d'Étienne Gilson²⁰. Ou de Chantraine²¹, ou de Benveniste²² sur la linguistique grecque à l'École des Hautes Études. Ainsi, je créais mon université au-delà des programmes scolaires. Naturellement, j'ai dû aussi passer les examens, préparer les concours. J'ai dû combiner tant bien que mal les deux choses. Je portais en moi une idée d'Université que je recréais en la repérant dans les lieux où elle se trouvait.

RFB : Vous avez cherché quels genres de diplômes dans l'Université française ?

JB : J'ai passé deux licences : allemand et lettres classiques. Ensuite, j'ai préparé l'agrégation, non sans difficulté. Étant donné que je n'ai pas été élevé en France et que je n'étais pas passé par un lycée français avec ses classes préparatoires des concours, c'était plus difficile pour moi que pour un autre. Finalement j'ai réussi. Il faut dire qu'à cette époque-là, la France était un pays assez appauvri, les postes étaient peu nombreux et il y avait beaucoup de candidats. Tout était difficile. Après la guerre, après 1945, après les années 1950 et même au-delà, il y a eu une vingtaine d'année où les conditions de vie en France étaient difficiles.

¹⁸. Tratam-se dos nomes dos cursos preparatórios para o concurso de entrada na Escola Normal Superior de Paris, seção de letras.

¹⁹. Trata-se do historiador Henri-Irénée Marrou (Marselha, 1904 – Bourg-la-Reine, 1977). O livro em questão é MARROU, Henri-Irénée. *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (em dois volumes). Paris: Seuil, 1948.

²⁰. Paris, 1884 – Cravant, 1978. Étienne Gilson foi professor do Collège de France, cadeira intitulada *Histoire de La Philosophie au Moyen Âge*, entre 1932 e 1950.

²¹. Pierre Chantraine (1899 – 1974), linguista francês.

²². Émile Benveniste (Aleppo, 1902 – Paris, 1976), linguista francês.

RFB : Mais c'était une agrégation de grammaire, non ? Et qu'est-ce que cela veut dire ?

JB : Oui, de grammaire. C'était moins littéraire, moins lié à la virtuosité des exercices rhétoriques, plus axé sur la langue, à savoir les analyses linguistiques. L'agrégation de grammaire se rattachait au fond à une tradition plus scientifique. Le maître de cette « grammaire » était Chantraine. Il m'a beaucoup soutenu. Je n'ai pas eu de relations personnelles, malheureusement, avec Jacqueline de Romilly, mais bien avec Jean Bayet²³, le latiniste qui était un historien de la religion, et fut plus tard directeur de l'École de Rome, un peu comme avec Chantraine. J'ai trouvé des professeurs qui se sont intéressés à mes intérêts et qui ont vu ce que je pouvais faire ultérieurement. On ne peut pas dire que le système français ne m'ait pas accueilli. Mais comment ? Peut-être en marge, comme quelqu'un venu de l'extérieur. Je représentais aussi une différence par mes intérêts, la qualité de mes intérêts, par ce que je me préparais à faire. Mais c'était encore une organisation assez monarchique, avec des patrons. Aujourd'hui il y a des commissions... À cette époque là, il y avait de grands savants qui étaient au centre de leurs disciplines et les dirigeaient.

RFB : Avez-vous reçu l'appui de ces savants ?

JB : Ils m'ont soutenu. J'étais d'abord au CNRS et, après, dans l'enseignement supérieur, presque naturellement, comme si j'étais sorti du crû. Comme si j'avais été à l'École Normale. Et même le directeur de cette École, Chapoutier, un helléniste, qui est mort très jeune, m'a beaucoup soutenu quand j'étais son étudiant. Donc, j'étais déjà, à la fois pas comme les autres et quand même « reconnu ». Même avant que je n'eusse fait quoi que ce soit. Je n'ai pas été une victime, loin de là.

RFB : Je voudrais revenir à une des questions que je vous ai pose avant, parce qu'on n'a pas parlé de Jean-Pierre Vernant...

JB : Vernant c'est vraiment différent. Vernant et Vidal-Naquet²⁴ ont réuni l'histoire, la psychologie sociale et l'anthropologie. Vernant venait de la philosophie et pas des lettres anciennes. Au fond, il y avait là d'un côté, en apparence, une solidarité entre nous, mais qui n'était pas très profonde. Elle existait pour deux raisons : d'abord, il était de gauche, alors que le système était plutôt conservateur. Moi, je n'ai jamais été d'un parti, mais, quand-

²³ 1892 – 1969, latinista francês. Bayet foi diretor da Escola Francesa de Roma entre 1952 e 1960.

²⁴ Pierre Emmanuel Vidal-Naquet (Paris, 1930 – Nice, 2006), historiador e helenista francês.

même, j'ai des idées de gauche et lui, il était communiste. C'est un premier aspect - politique. D'autre part, il se distinguait dans cette tradition scolaire que nous avons évoquée, où il était quand même plus investi que moi. Il a été dans des hyphokhâgnes et des khâgnes. Il avait été sur les mêmes bancs que Jacqueline de Romilly. Au fond, lorsqu'ils étaient au Collège de France tous les deux, l'un a rejoint l'autre, mais dans la logique du système, à laquelle je n'appartenais pas. Mais il y avait aussi chez lui quelque chose, comment dire... d'anti-sorbonnard. Il ne représentait pas la tradition, comme Mme de Romilly le faisait éminemment, étant donné qu'il introduisait une ouverture sur la société, ce que je ne faisais pas, selon lui, en tant que philologue. Il y avait bien un certain éloignement par rapport à une tradition dominante, qui nous unissait. Ce qui me sépare c'est évidemment le rôle que joue le texte, la philologie et l'importance de la compréhension de l'écrit. Vernant avait un passé politique important. C'était un tribun. Il parlait très très bien. Quand il entrait ici, dans cet appartement où vous m'interrogez, il avait à peine franchi le seuil de l'entrée, qu'il s'était déjà lancé dans un discours, qu'il ne quittait plus. J'avais à peine le temps de placer un mot. C'était un tribun né. Il dominait parfaitement le discours et l'argumentation. Il y avait des gens qui le suivaient fidèlement, qui se réclamaient de lui. Mme de Romilly aussi parlait bien, mais elle défendait une tradition classique. Et lui, cela semblait être davantage une ouverture sur la modernité. Par rapport à cette ouverture, j'étais encore en marge.

J'ai été nommé à Lille en 1958, après une période de recherche au CNRS. Je suis resté dans l'enseignement supérieur jusqu'à la retraite, toujours à Lille. J'ai, dès la première heure de mon enseignement, essayé d'introduire dans la tradition française une enceinte scientifiquement forte, en dehors de Paris. Je me suis imposé sans être à Paris. En même temps que moi ont été nommés à Lille des gens comme Le Goff²⁵, en histoire du Moyen Âge, ou Bourdieu²⁶, en sociologie. Ce sont aussi de grands maîtres dans leurs disciplines, non ? C'était encore un lieu très fermé, avec beaucoup moins de professeurs que maintenant. L'Université a commencé à s'ouvrir et à éclater, pas toujours dans le bon sens, dans les années soixante et, encore plus, après 1968. Auparavant les structures étaient très sélectives.

RFB : Vous étiez combien ?

JB : Des professeurs titulaires et des gens d'un grade inférieur, il y en avait entre 35 et 40. Aujourd'hui, ils sont plusieurs centaines. Par ailleurs, en 1958,

²⁵. Jacques Le Goff (Toulon, 1924), medievalista français.

²⁶. Pierre Bourdieu (Denguin, 1930 – Paris, 2002), sociólogo français.

il y avait seulement dix-sept universités, contre une centaine aujourd'hui. C'était donc vraiment un privilège d'avoir été choisi par un patron parisien.

RFB : Puisqu'on parle de Lille, je voudrais aussi vous poser des questions autour de Pierre Bourdieu. Comment avez-vous connu l'homme et quelles étaient les relations entre vous ?

JB : Nous nous sommes connus, je veux dire reconnus, dans ce milieu, après avoir été nommés au même moment, dans les mêmes conditions et, pendant une vingtaine d'années, on a fait beaucoup de choses ensemble, de toute espèce. Ensuite, il a, comme Le Goff, quitté Lille pour l'École des Hautes Études en Sciences Sociales créée par Braudel. Elle s'appelait sixième section à l'époque. C'était une autre marge de l'Université qui se créait là, et au centre, mais comparable à ce que j'avais introduit en province. Bourdieu a compris l'importance de ce que je faisais. Il connaissait le système scolaire français, il connaissait le système universitaire, il savait ce que c'était. Ce fut aussi une amitié très forte entre nous. On a beaucoup compté l'un pour l'autre. A partir, je ne sais pas, de 1959, 1960.

RFB : Et vous vous êtes connus comment ?

JB : Nous avons été nommés ensemble à Lille et nous prenions le train ensemble à l'aller comme au retour. C'était comme un rendez-vous. Les trajets alors étaient plus longs. On s'est reconnu mutuellement, on s'est entendu sur beaucoup de choses, en étant quand même dans des champs opposés. J'avais été nommé à Lille par Pierre Chantraine et lui, par Raymond Aron²⁷. Dans une certaine mesure, nous étions comme des dauphins. C'étaient des filiations, dans un cadre, la sociologie, et dans un autre, la linguistique, si on reste dans le domaine de la philologie classique. Aujourd'hui ce n'est plus pensable. Lui, il était normalien ; il avait fait du grec pour entrer à l'École Normale. Il savait comment était fait le système d'enseignement français ; il comprenait ce que je voulais changer, les transformations indispensables.

RFB : Mais il a été très proche aussi de quelqu'un comme Benveniste, non ?

JB : Oui, mais plus tard. Là aussi j'ai souvent joué un rôle. Il a édité Benveniste dans sa collection, « Le sens commun », qu'il a créé plus tard aux Éditions de Minuit. Les volumes de mon *Empédocle* ont paru dans cette collection, loin des Éditions Les Belles Lettres²⁸.

²⁷ Raymond Aron (Paris, 1905 – Paris, 1983), sociólogo francês.

²⁸ BOLLACK, Jean. *Empédocle* (em quatro volumes). Paris : Minuit, 1965-1969. Uma nova reimpressão, em três volumes, foi feita pela Gallimard em 1992.

RFB : Est-ce que vous avez travaillé ensemble, dans les mêmes séminaires, par exemple ?

JB : Oui, mais bien plus souvent dans d'autres espaces. La collaboration n'était pas si directe que cela. On se téléphonait peut-être trois, quatre fois par jour. Il avait son travail et moi, le mien. On se racontait nos déboires, nous parlions de nos projets. Une complicité pleine d'échanges s'est ainsi créée. Cela a beaucoup changé autour des années 1980, jusqu'à sa mort. Je vous parle des années 1960 et 1970, parce que, ensuite, il a eu une ambition politique plus forte. Il défendait une sociologie, disons, en gros, plus libératrice, autour du bien possible et impossible de l'Humanité. Il ne pouvait plus se concentrer sur une discipline comme la mienne, que j'essayais de changer de l'intérieur. Cela ne signifie pas qu'il y ait eu des problèmes entre nous. Mais c'était une tranche différente de sa vie à lui et de la mienne aussi. Moi aussi, autour des années 1980, je me suis transformé en sortant des tranchées de ma discipline pour m'ouvrir à d'autres. C'est la question que vous avez posée : j'ai été toujours autre chose qu'un philologue par mes intérêts. Je m'intéressais à la littérature. Adolescent, je lisais de la littérature de plusieurs langues pour moi, en dehors de mes études. Et, inversement, je lisais Eschyle comme si c'était du Camus. C'est un peu ma force, d'avoir traité les auteurs grecs comme des contemporains, sachant qu'ils ne l'étaient pas. Je crois que c'est particulier et important, parce que j'ai transféré un intérêt de lecture très soutenu à l'intérieur de la philologie, au-delà des disciplines, même de l'histoire et de la philosophie.

RFB : Pour parler encore des années 1960 et des années 1970, vous avez publié aussi dans la collection que Pierre Bourdieu coordonnait, « Le sens commun », chez Minuit. Pouvez-vous nous parler de cela ?

JB : À un certain moment, sinon dès le début, autour de 1947, à Paris, j'ai senti que je devais préparer un gros travail pour montrer ce que je cherchais et faire du nouveau. Ce sont mes travaux sur Empédocle. Ces publications ont été remarquées. Les quatre volumes se sont épuisés assez vite.

Cette publication me permet aussi de revenir à une de vos intéressantes questions. Jacqueline de Romilly représentait, malgré tout, par l'éclat dont elle jouissait, la tradition nationale. Vernant s'ouvrait à l'analyse des mentalités, au social. Il faut se rappeler qu'en France, cette ouverture sur la société a toujours eu plus d'impact que ce qui était proprement lié au texte, l'herméneutique. C'est pour cela, dans ce cadre, que la linguistique française a une tradition forte. La langue, c'est du social. Le texte c'est autre chose, c'est la philologie, l'herméneutique, la théorie littéraire, etc. C'est autre chose,

vraiment. On situe ainsi la différence d'une philologie que vous avez appelée, à juste titre, « critique ». Ce n'est pas le point de vue de Vernant. L'oeuvre de Vernant, je serais partiellement capable de l'intégrer comme un préalable à la compréhension des auteurs. Mais ensuite il y a chez ces auteurs une prise de position. C'est qu'il n'y a pas que la société, il y a deux choses. L'auteur est marqué, il représente et reflète la société où il vit et écrit, mais il y a aussi quelque chose qui le distingue dans ses créations. Ce que je mets maintenant au centre dans mes travaux, depuis 1950 ou 1960, c'est précisément la création, savoir comment la philologie peut rejoindre la création poétique elle-même, s'identifier à l'acte créateur. Comment la lecture peut conduire jusqu'à reconstituer le plus exactement possible cette prise de position. C'est central dans mon travail, évidemment : il ne faut pas éliminer pour autant l'étude des mentalités, les systèmes de représentations, qui se transmettent et qui sont héréditaires.

RFB : Donc, tout cela pour vous ne s'exclut pas.

JB : Non, cela ne s'exclut pas. Il s'agit d'un préalable qu'il faut connaître pour comprendre les transformations. On entre dans un monde et l'on en sort avec quelque chose de nouveau.

RFB : Parlons maintenant de vos rapports avec Peter Szondi²⁹, qui a été, lui aussi, publié en France dans la collection « Le Sens Commun ».

JB : Szondi, je l'ai connu en 1959, au même moment que Bourdieu. J'ai, pendant trois ans, enseigné à l'Université de Berlin. J'ai ensuite, grâce aux relations nouées là-bas, eu la possibilité de le faire connaître. C'est un autre chapitre de ma vie. À cette époque-là, le monde était très différent. Il y avait beaucoup de professeurs très importants intellectuellement, scientifiquement et socialement aussi. Mon professeur à Bâle faisait partie de ce groupe de « sommités ». Ces personnes savaient que j'existais. L'Allemagne, ce n'est pas un pays où je serais simplement revenu. C'est plutôt comme si j'y avais toujours été. Quand je suis en Allemagne, je sais parler comme un Allemand. Quand je suis en France, je sais parler comme un Français. C'est complexe. En même temps, cela m'a posé de gros problèmes. Il y avait le passé nazi que l'on ignorait ; il y avait des gens, même à l'Université Libre de Berlin, dans ces années 1955-59, qui posaient des problèmes politiques en raison de leur passé. Cela se comprend. Ce n'était pas singulier. Tout un monde en recouvrait un autre et en même temps ne le recouvrait pas.

²⁹. Peter Szondi (Budapest, 1929 – Berlin, 1971), filólogo e crítico literário. Szondi lecionou em Göttingen, Heidelberg e na Universidade Livre de Berlin.

RFB : C'est-à-dire que l'Université allemande restait stigmatisée et qu'elle aussi stigmatisait ?

JB : Oui. J'étais juif. L'histoire du judaïsme allemand et l'importance plutôt colossale des juifs allemands depuis le XVIII^e siècle, pour le monde entier dans tous les domaines, c'est encore une autre histoire, très large, qui n'a cessé de m'accompagner aussi, et qui se pose différemment en France, où le judaïsme a ces conflits propres.

RFB : En tout cas, pour revenir à Szondi, vous n'avez jamais cessé d'aller en Allemagne et d'introduire en France des auteurs allemands.

JB : Oui, cela s'est fait dans les deux sens. Szondi était un peu comme Bourdieu. J'étais plus proche peut-être de Szondi, plus semblable à lui. Ma vie a changé quand il est mort, parce que tout aurait changé s'il avait vécu. Il s'est tué en 1971, ce qui a été une perte immense pour ma femme et pour moi³⁰. On s'entendait bien, peut-être même exceptionnellement bien, à peu près sur tout. Il n'avait pas fait de grec ancien. Ce qui nous unissait c'était cette grande aventure de la compréhension des textes. Il a créé, autour de 1965, comme moi à Lille, un centre de recherches, un institut où appliquer des méthodes différentes dans un esprit différent. J'ai édité son oeuvre posthume. C'est une grande partie de mon oeuvre. Il y avait beaucoup de manuscrits inédits. Les parents de Szondi m'ont chargé de tout cela. Quelque chose comme sept volumes, ou plus. Cela a joué un rôle important dans ma vie, parce que, au fond, nous transcendions la France et l'Allemagne, et lui et moi. Il était venu d'un autre horizon intellectuel. Il venait de Benjamin, Adorno, Lukács. Ce n'est pas exactement le marxisme, mais c'est un univers très proche de ses principes.

PARTE 2 ACERCA DA PROCURA DO SENTIDO

RFB : Parlons maintenant de votre philologie critique. Pouvez-vous nous expliquer quels sont les rapports entre cette discipline et l'herméneutique ?

JB : Je suis parti d'une pratique, où j'avais acquis une certaine liberté. La tradition allemande était au départ plus herméneutique que la française. En

³⁰. Sobre a relação de Jean e Mayotte Bollack com Peter Szondi, veja-se também BOLLACK, Mayotte. *Fragments de vies*. In : KÖNIG, Christoph e THOUARD, Denis (editores). *La Philologie au Présent*. Villeneuve d'Ascq : Presses Universitaires du Septentrion, 2010, p. 359-362.

Allemagne, il y avait, avec Schleiermacher déjà, un programme parfaitement défini, dès le début du XIX^e siècle. Il se trouve que le développement du système scolaire, du positivisme, les conceptions de la science, sont entrés en contradiction avec le programme herméneutique. La chose existait, mais on pouvait difficilement l'appliquer. Il est intéressant de poser la question : pourquoi l'Allemagne n'a-t-elle pas pu pratiquer ce programme, qui était déjà défini depuis l'époque de Guillaume de Humbolt, le fondateur³¹ ? Mais il ne s'agit pas de cette histoire allemande, il s'agit de la mienne.

Dans ma pratique, il faut isoler un point. Dans ce que j'ai fait, dans mon *Empédocle* d'abord, c'était reconstituer une oeuvre perdue à partir des fragments qui subsistaient. J'ai passé des années à recomposer le système dans sa totalité, le reconstituer donc dans son sens. C'était déjà un dépassement. Puis, ensuite, j'ai suivi la ligne que j'ai illustrée dans mon livre sur *Jacob Bernays*, où j'ai également étudié comment les auteurs ont lu³². C'est-à-dire que j'ai associé à l'étude d'une oeuvre des stratifications de son histoire postérieure, liée à une lecture déterminée religieusement, institutionnellement, et tout ce qu'on veut.

Il faut aussi considérer, dans ce que j'entends par herméneutique, l'importance du travail collectif et les conditions dans lesquelles le sens se répète et se trouve. Autour d'*Héraclite*, ici, dans cet appartement, je réunissais des chercheurs³³. C'était là un espace où se réunissaient des étudiants qui voulaient aller plus loin. On entre dans un domaine privé. Comme s'il y avait des choses à faire qui n'étaient pas alors institutionnellement imaginables (le sont-elles maintenant ?). Dans l'Université allemande cet espace de réflexion et de discussion existait. Il y avait des séminaires où on pouvait, avec un professeur, rester autour d'une table et d'un problème, en étant peu nombreux, et puis réfléchir sur le sens d'un texte et en discuter. Et ainsi on est déjà dans l'herméneutique. Cela dépasse ce que j'ai appelé le système français, scolaire. Mais il ne faut pas que ce terme soit perçu comme dépréciatif. La démarche est tout simplement comparative. En Allemagne il existait des séminaires où l'on pouvait réfléchir ensemble. À Bâle, à l'Université, mon professeur de grec (Von der Mühl), qui vivait dans la tradition et était lui-même très traditionaliste, nous apprenait à réfléchir. On pouvait rester autour d'une table cinq minutes sans rien dire, mais en réfléchissant à plusieurs. C'est beaucoup, c'est un des noyaux de l'herméneutique dans le sens fort. Quelqu'un a une idée, il faut la discuter. C'était, donc, réflexif. La réflexion avait sa place.

Je dis que, dans mon *Empédocle*, il y avait déjà deux dimensions de cette pratique. D'abord, la reconstitution d'un système, voir comment les choses,

³¹ Bollack se réfère ici à Friedrich Wilhelm Christian Carl Ferdinand Von Humboldt (Postdam, 1767 – Tegel, 1835), filólogo alemão, um dos fundadores da nova universidade de Berlim.

³² BOLLACK, Jean. *Jacob Bernays, un homme entre deux mondes*. Villeneuve d'Ascq : Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

³³ BOLLACK, Jean; WISMANN, Heinz. *Héraclite ou la séparation*. Paris : Minuit, 1978.

quand elles sont fragmentaires, peuvent aller ensemble. Et, d'un autre côté, considérer l'histoire de l'oeuvre, la détermination historique de sa survie, qui implique une histoire de la lecture et son apprentissage. Cet aspect essentiel de la transformation d'un sens initial a joué un très grand rôle dans mes livres sur *Oedipe Roi*³⁴. Nous sommes dans les années 1970. Dans les quatre volumes qui viennent heureusement d'être réédités, l'idée centrale est de montrer qu'il y a des interprétations différentes de chaque phrase et qu'on peut les situer, dire pourquoi on a choisi ceci ou cela. Cette question existe dès les débuts de mes travaux, et elle est devenue de plus en plus importante.

Au centre de cette interrogation sur l'herméneutique, il y a le fait de se prononcer sur la nature de ce que l'on fait. Non seulement on le fait ; on se demande ce que c'est que l'on fait. Comment le légitimer, le justifier. C'est-à-dire qu'il y a une interprétation qui ne touche pas seulement les possibilités particulières de la compréhension, mais où la pratique devient elle-même l'objet de la réflexion, et l'on cherche pour savoir comment il faut faire. Là on passe à un autre niveau. L'herméneutique c'est une application, mais c'est aussi une réflexion sur la forme que prend l'opération en cours.

*RFB : Mais vous n'êtes pas le seul à faire appel à l'herméneutique en France. Pourquoi et dans quelle mesure vous éloignez-vous de quelqu'un comme Paul Ricoeur*³⁵, *par exemple ?*

JB : Ce sont plusieurs domaines. Il existe une herméneutique qui a été déterminée par Heidegger³⁶, que les gens confondent souvent avec la mienne, pensant qu'il n'y en a qu'une seule. Je me situe par rapport à l'herméneutique qui existait auparavant, celle que Szondi décrit dans un des cours que j'ai publiés sur l'histoire de l'herméneutique et qui a abouti à Schleiermacher³⁷. Mais je ne peux pas pour autant m'en réclamer. Je ne m'y rattache pas : simplement, il y a certaines réflexions qui ont convergé et j'irai nécessairement à leur rencontre. Une fois Ricoeur m'a écrit en disant que j'étais un pionnier. Il a vu la différence grâce à sa compétence d'historien de l'herméneutique.

Vous pouvez le trouver, dans presque tous mes travaux : à un certain moment la découverte du sens implique une discussion sur la manière ou la voie qui nous a permis d'y accéder. J'ai mis cela nécessairement au centre.

³⁴. BOLLACK, Jean. *L'Oedipe Roi de Sophocle : le texte et ses interprétations* (em quatro volumes). Lille : Presses Universitaires de Lille, 1991 (uma reimpressão desses volumes está sendo preparada). Veja-se também a edição reduzida lançada alguns anos depois : BOLLACK, Jean. *La Naissance d'Oedipe*. Paris : Gallimard, 1995.

³⁵. Paul Ricoeur (Valence, 1913 – Châtenay-Malabry, 2005), filósofo francês.

³⁶. Martin Heidegger (Messkirch, 1889 – Freiburg, 1976), filósofo alemão.

³⁷. Cf. SZONDI, Peter. L'herméneutique de Schleiermacher. In : *Ibid. Poésie et Poétique de l'Idéalisme Allemand*. Paris : Minit/Gallimard, 1975, p. 291-315.

Mon herméneutique découle d'une réflexion qui s'est dégagée d'une pratique ; je l'ai poursuivie, améliorée et approfondie toute ma vie. Je n'ai pas fini. Je veux comprendre ce qu'on fait de juste et de faux. Comment fait-on ? Pourquoi ? Ces questions sont constamment présentes et sont aussi liées au fait que je me demande pourquoi telle personne ne peut pas, de son point de vue, comprendre. La question est liée, donc, à l'étude des mécanismes de la censure. Le fait d'avoir grandi dans deux traditions culturelles m'a beaucoup servi, parce que j'étais obligé de me demander très vite pourquoi on comprend comme cela d'un côté, mais comme ceci d'un autre.

Il ne faut pas perdre de vue que l'herméneutique est pour moi éminemment historique ; il s'agit de comprendre l'importance d'une situation qui est particulière, se distinguant d'un point de vue général, de l'universel, de la totalité, du totalisant, d'une entité quelconque construite selon un ordre fixe, qu'il soit théologique ou autre. Ce point de vue particulier d'un auteur a, à un certain moment, transformé la situation dans laquelle il vivait. Je reviens à ce que je vous ai déjà dit. Il y a un Beckett irlandais et parisien, auteur du XX^e siècle, influencé par son entourage, mais il y a aussi quelque chose qui est entièrement lié à sa personne, à l'existence d'un sujet. Et là on est, à nouveau, dans cette différence que vous me demandez de décrire par rapport à des heideggeriens convaincus ou partiels comme Ricoeur et à un marxiste, comme Vernant. Un auteur ne reflète pas une situation ; il écrit et réfléchit dans une situation qui demande elle-même une recherche de type herméneutique. Ce que l'historisation permet de construire, ce sont des situations herméneutiques préexistantes. Si l'on prend l'un des auteurs tragiques, on se dira qu'il est entièrement déterminé par son univers, l'Athènes qui existait ; en même temps il s'est agi pour lui d'un objet de sa réflexion. Il en a fait autre chose. Et cette particularité se particularise indéfiniment. Elle touche finalement la moindre phrase. En même temps, cela se fait toujours en relation avec un savoir pré-existant. Pour nous, il importe de formuler des hypothèses de sens même si elles sont fausses, pour les corriger ensuite. Il faut travailler avec et contre ce qu'on pense.

RFB : Et comment avez-vous pratiqué cette herméneutique dans l'univers plutôt scolaire qui caractérise la structure dominante de l'université française ?

JB : Je suis plutôt vieux. J'ai vécu pendant quelque chose comme trois générations. La situation à Paris n'était pas la même en 1945, en 1965, etc. Naturellement, il faut faire de l'histoire, mon histoire et celle de mon milieu, pour comprendre comment ma pratique a pu changer, évoluer et se parfaire. Il y a des choses qui comptent beaucoup, puis beaucoup moins. Par exemple, le heideggerisme est infiniment moins présent dans les consciences qu'il y a vingt ans, et même qu'il y a quarante ans.

J'ai dû enseigner d'une part dans les cadres existants, selon les normes, pour que les étudiants réussissent et obtiennent leurs diplômes, et, d'autre part, je devais leur montrer que ce cadre ne pouvait pas les conduire à une véritable compréhension de la matière. C'était déjà herméneutique. Vous avez parmi les étudiants un public assez différencié, puis vous rencontrez parmi eux tel ou tel intérêt. Les études conduisent à un métier, mais aussi à des problèmes et à des auteurs. C'est la difficulté des professeurs – et de la profession. Mon enseignement a toujours été double depuis que j'ai été nommé jeune professeur. Passer un examen et lire Platon, en comprenant sa pensée, ce n'est pas la même chose. Il fallait faire l'un et l'autre. La situation est propre aux sciences humaines. Ce n'est pas vrai en chimie. Mais dans les sciences humaines, on est d'emblée en désaccord avec les besoins de la société, comme vous le constatez maintenant un peu partout, non ? La culture est de nouveau, et autrement, problématisée. Elle est en péril aussi. Ce à quoi on a toujours à faire, c'est à notre entourage culturel ; il s'agit de voir quel rôle nous pouvons jouer dans un univers qui est culturellement et historiquement déterminé. L'enseignement des auteurs classiques pose cette question d'une façon extrême. On est avec eux à la fois dans la tradition et dans la critique de cette tradition. Elle change naturellement, de génération en génération; nous travaillons consciemment dans cette perspective, tâchant d'innover et d'étudier les possibilités d'innovation et de conservation.

RFB : On dit souvent aussi que vous avez un style particulier d'écriture. Comment l'avez-vous créé et quels sont les rapports entre votre style et votre pratique ?

JB : Je suis présent dans mes phrases. On me dit souvent que cela se sent et se reconnaît. C'est intéressant de savoir quelle est la relation entre l'interprétation et cette créativité. C'est le subjectif et l'objectif qui entrent là dans le jeu. Comment puis-je être objectif en étant en même temps si fortement subjectif et engagé personnellement? Plus j'ai investi dans ma personne, plus j'ai de chance de trouver le vrai. La science en tant que telle est objective et tout le monde y est associé. J'interviens là aussi comme un auteur. Comme mes intérêts sont plutôt vastes, cela me pose des problèmes. Je m'occupe autant de la littérature moderne, en cherchant à montrer que les procédés sont les mêmes. Comment vais-je maîtriser tout cela ? À la fin des années 1970, comme je vous ai déjà dit, je suis un peu sorti des limites tracées par les études classiques (je ne les ai pas quittées). Je voulais montrer l'importance que le débat prenait au théâtre, dans la psychanalyse, la littérature contemporaine. Mon cas est un peu particulier; je suis souvent mieux lu et compris par des gens qui ne sont pas des spécialistes.

RFB : C'est cela que je trouve le plus intéressant dans votre oeuvre. Vous êtes à

la fois à l'intérieur et à l'extérieur de l'Université française, pour et contre cette institution.

JB : La contradiction est inévitable. L'Université est un lieu qui empêche, mais c'est le seul lieu où la pratique peut s'exercer. Comme je vous ai dit avant, j'ai autrefois organisé des séminaires chez moi, parce que cela ne pouvait pas se faire ailleurs. Il y a aussi le problème actuel, lié à l'Université de masse, son uniformité et sa dispersion. Comment réunir un groupe de gens qui sont suffisamment liés par un intérêt commun ? Il y a quand même quelque chose de sectaire aussi dans une recherche véritablement scientifique, et, dans mon cas, herméneutique, dans la caractérisation d'un groupe. On reconnaît l'importance d'un intérêt commun qui lie les gens. J'ai eu la chance d'avoir toujours rencontré des gens intéressants qui ont voulu travailler avec moi. On a des élèves. Szondi aussi a connu cela. Ce n'est pas par hasard.

RFB : Je vais vous poser une dernière question, celle-là liée à votre héritage. Dans la préface de la « Grèce de personne », un ouvrage qui, comme « Sens contre sens », contribue beaucoup à la compréhension de l'ensemble de votre oeuvre, vous avez dit, je vous cite, « qu'il faut protéger la tradition de sa célébration ». Comment, donc, protéger votre oeuvre et la philologie critique, dans un moment où elles sont déjà très extérieures à vous et où il y a aussi des héritiers? Autrement dit, comment continuer la critique, en faisant la critique de la critique ?

JB : Il faut à la fois séduire et convaincre, et on le fait par l'écriture, par une certaine présentation de l'objet. C'est l'engagement de la personne. Cela, d'un côté. On peut terminer notre entretien sur cette question parce qu'elle est cruciale. Finalement, la meilleure interprétation d'un texte rejoint l'acte de création, du côté de l'auteur dont on prend le parti. On retrouve presque la manière dont la chose a été faite. Il faut savoir dans quelles conditions cela a pu se faire. Cela va dans les deux sens. On n'est pas non plus le poète, et on apprend, au fond, qu'on ne l'est pas, dans la distance.

Un débat que nous n'avons pas approché dans l'entretien, c'est le débat sur la nature du sens et le statut de la polysémie. La polysémie est de tradition religieuse, elle interprète la parole divine qui est, dans son principe, insondable. Je privilégie pour moi, au contraire, un angle d'approche qui est singulier, particulier. Les positions sont irréconciliables, extrêmes, opposées. Évidemment, elles impliquent la présence ou l'absence de ce fond divin. Le paradoxe est là. Vous l'avez bien senti, non ? On s'arrête.